



## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

**Local:** Guarda-Mirim – Rua Orestes Medeiros Pulim, 94

**Data:** 01/06/2017

**Horário:** 8:30

1 Ao primeiro dia do mês de junho de 2017, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da  
2 Criança e do Adolescente no Auditório da Guarda Mirim de Londrina. Após verificação do quórum, e aguardado  
3 o tempo de espera para a segunda convocação, A presidente do Conselho, Magali dá início a reunião com  
4 apresentação dos presentes. Magali agradece a presença de todos lembrando que alguns conselheiros  
5 governamentais ainda não se fazem presentes. Em seguida passou para aprovação da pauta. **1. Aprovação da**  
6 **proposta de pauta; 2. Aprovação da Ata do dia 18/05/2017.** Magali fez a leitura da ata, informou da nova  
7 redação encaminhada pelo Aurélio, Rodrigo sugeriu que na linha 20 se faça alteração que consta a palavra  
8 criança e o CREAS 2 só atende adolescentes, o que foi alterado. Magali encerrou a leitura e não havendo novas  
9 alterações a ata foi aprovada. **3. Apresentação da Campanha faça a diferença! Dê oportunidade: ninguém**  
10 **nasce infrator:** Jair, membro da Pastoral do Menor, informou que o tema da Pastoral desse ano traz o enfoque no  
11 desenvolvimento bio-psicossocial do adolescente e sua formação como pessoa. A missão da Pastoral do Menor  
12 de Londrina é: Promover e defender a vida de crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco social  
13 e pessoal, desrespeitados em seus direitos fundamentais. Disse que a Pastoral tem uma atuação presente junto a  
14 vários órgãos da sociedade. A ideia da Campanha é trabalhar o adolescente e a responsabilização. A proposta está  
15 respaldada no ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, SINASE – Sistema Nacional de Sócio educação e  
16 SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Outro ponto que Jair destacou foi referente ao Fluxo de  
17 atendimento, desde o cometimento do ato infracional, a fase policial, a fase ministerial (Ministério Público) e a  
18 Judicial. Disse que infelizmente na prática nem sempre são seguidos os ritos processuais, havendo algumas  
19 irregularidades nas abordagens dos adolescentes, na apreensão e na aplicação da medida socioeducativa. A  
20 campanha pretende dar visibilidade acerca do funcionamento dessas fases. Enfoca ainda as políticas sociais  
21 básicas, os programas de assistência social, entre outros. É também abordado o papel da família, da comunidade  
22 e instituições, com destaque para o artigo 4º do ECA. Disse que essa campanha foi realizada em setembro de  
23 2016 pela CNBB. Há uma cartilha que apresenta a metodologia da divulgação nas escolas, centros de  
24 socioeducação, com o objetivo de dar visibilidade para a campanha. **4. Deliberação da Composição da**  
25 **Corregedoria do CMDCA do Conselho Tutelar:** Magali apresentou os nomes, sendo os governamentais Karen  
26 Bettina Ikeda – representante da Secretaria de Políticas para Mulheres, Denise Caldeirão e Lidia Loback como  
27 representantes não governamental. Os Conselhos Tutelares encaminharam ofício indicando os conselheiros  
28 Manoel Carlos Leite – Conselho Oeste, Nathalie Lopes Martins – Conselho Tutelar Centro/Leste e Fábio Dutra –  
29 Conselho Tutelar Norte A. Foi colocado em votação e aprovado por todos e encaminhado para a elaboração da  
30 resolução. **5. Apresentação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente** – Danilo,  
31 diretor de contabilidade da controladoria da prefeitura, iniciou sua apresentação informando que esse relatório é  
32 apresentado ao CMDCA nos mesmos prazos estabelecidos para apresentação na Câmara de Vereadores. O  
33 relatório demonstra a execução financeira do Orçamento do município voltada as prioridades definidas no  
34 Orçamento Criança. Enfatizou que se trata da apresentação dos extratos de prestação de contas. Temos um total  
35 no orçamento de 595 milhões de reais destinados ao Orçamento Criança, o detalhamento da apresentação se  
36 encontra a disposição de todos no conselho. Danilo disse que o total do Orçamento previsto do município é de  
37 um bilhão e novecentos mil reais, aproximadamente. Disse que no decorrer do ano há sempre os créditos  
38 adicionais. Apresentou a planilha de despesas na área de criança e adolescente das diferentes políticas públicas,  
39 com destaque para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte. Encerrada a  
40 apresentação, Danilo questionou se o conselho tem alguma sugestão para a próxima apresentação. Denise  
41 Caldeirão sugeriu que fosse feita uma descrição/detalhamento dos valores executados de cada política e qual

## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

42 ação está vinculada. Danilo se colocou a disposição para fazer esse documento descritivo. Claudio, da Guarda  
43 Mirim, questionou se alguém tinha mais alguma questão, havendo a negativa dos presentes, o relatório foi  
44 aprovado por todos. **6. Regularização da representação no CMDCA.** Magali informou que há o Decreto  
45 276/2007 que Regulamenta a elaboração do Orçamento Criança e o encaminhamento das deliberações do  
46 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na elaboração das peças orçamentárias e em seu  
47 artigo 4º estabelece que “as secretarias que integram o CMDCA, salvo justo motivo, devem estar representadas  
48 nas reuniões por seus respectivos titulares”, informou que apesar desse decreto estar vigente, o CMDCA não tem  
49 nenhum regulamento que trate dessa obrigatoriedade. Josiane Nogueira, disse acreditar que era uma necessidade  
50 da época, que talvez tenha sido uma estratégia para melhorar a participação dos secretários nos conselhos. Foi  
51 deliberado que essa discussão retorne para a mesa diretora para encaminhar correspondência para todos os  
52 secretários, para que deem ciência e se manifestem sobre a participação no conselho, ou salvo motivo justo, que  
53 indiquem representação, e que a pessoa indicada tenha efetivamente condições de participar do conselho e das  
54 comissões. Denise reforçou que deve ser dada a dimensão real do que é a participação como conselheiro. **7.**  
55 **Relato de Comissão: Comissão de Ameaçados de Morte:** Josiane lembrou que além dela, são representantes  
56 dessa comissão: Alexandra, Carine e Silvana, ambas da Secretaria de Saúde, e não são mais membros desse  
57 conselho, os conselheiros Elizeu, Fabiana, Fabiane, Regina e ainda, Fábila que atualmente está no CREAS 3. A  
58 assessora do promotor Leonardo, Beatriz também estava acompanhando as reuniões da Comissão. Foram  
59 retomadas as discussões do ano passado, Alexandra informou que haverá uma reunião do CEDCA, dia 20, e essa  
60 comissão pretende fazer algumas propostas. Que está sendo cogitada uma proposta voltada a organização de um  
61 consórcio intermunicipal, porém não há nada definido. Mirko disse que isso é um retrocesso. O CEDCA está  
62 pensando o Estado todo, considerando o custo e a complexidade da ação. Alexandra lembrou que existem 22  
63 regionais, e que a ideia é pensar uma proposta a partir dessas regionais. Quem está propondo é a AVIS,  
64 associação que trabalha há anos com ameaçados de morte. Adriana lembrou que havia uma proposta sendo  
65 elaborada pela Comissão no ano de 2016, de um abrigo municipal para adolescentes ameaçados de morte. Disse  
66 ser contra a implantação de uma unidade que manteria os adolescentes de Londrina em risco, posto que o tráfico  
67 ou os traficantes logo teriam a localização dessas unidades e o risco de morte para muitos permaneceria. Juliana,  
68 conselheira tutelar, disse que até com mulheres ameaçadas de morte há o risco. A Secretaria da Mulher e 6ª Vara  
69 Criminal, estão discutindo a mudança de endereço da unidade porque ela já é conhecida por muitas pessoas e as  
70 mulheres lá acolhidas já passaram por ameaças iminentes na unidade. Alexandra lembrou que uma unidade dessa  
71 natureza implantada em determinado município se tornou obsoleta em cerca de dois anos. Rodrigo lembrou que  
72 há muitos adolescentes ameaçados que não podem ficar na mesma unidade. Encerradas as reflexões foi indicado  
73 que o conselho aguardará nova manifestação da Comissão. **Informe da Comissão de Acolhimento institucional**  
74 **de Crianças e Adolescentes:** Josiane informou que a Casa de Maria se manifestou pelo fechamento de mais uma  
75 unidade, ficando apenas uma unidade e até o final do ano o encerramento do serviço todo. Josiane disse que  
76 houve uma redução do número de acolhimentos de crianças e adolescentes no município. A Casa de Passagem  
77 para crianças e adolescentes tem uma média de acolhimento crianças e adolescentes baixa e isso é positivo. A  
78 dificuldade hoje é o perfil dos acolhidos, muitos adolescentes com envolvimento com drogas e os acolhimentos  
79 estão com dificuldade de manejo dessas situações. Alexandra lembrou que o CEDCA está encampando o  
80 Acolhimento Familiar, que irá realizar uma capacitação para gestores sobre essa temática. Josiane lembrou que  
81 hoje o município quer investir no Acolhimento Familiar, que é uma importante alternativa ao acolhimento  
82 institucional. Com relação a situação do Pão da Vida, que também possui duas unidades de atendimento de  
83 crianças e adolescentes, como a instituição está passando por intervenção judicial, terá dificuldades de fazer  
84 convenio para o próximo ano. Isso vem sendo discutido, para se pensar em alternativas. Lidia Loback lembrou  
85 que temos que repensar alguns acolhimentos de adolescentes com conflito familiar, uso de drogas, que depois de



## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

86 acolhidos não querem retornar para a família. **Comissão de Cadastro:** Alexandra apresentou a instituição  
87 Associação Desportiva Pró Esporte, disse que a comissão não conhece a instituição e fará visita na próxima  
88 semana. Fabiane conselheira tutelar disse que conhece e sabe que eles querem criar vários polos em Londrina e  
89 eles tem apoio do Giba – que foi profissional do Volei Nacional. Outra entidade apresentada pela Comissão foi a  
90 Casa de Maria – Centro de Apoio a Dependente, falta documentação, - registro técnico. A Comissão pediu o  
91 documento atualizado e está aguardando. Associação Beneficente dos Bairros da Amizade – Centro de Educação  
92 Infantil – já havia sido feito uma recomendação no dia 27/04 de revisão de documentação da primeira solicitação  
93 e estão aguardando. Legião da Boa Vontade: Comissão oficiou a entidade sobre os documentos pendentes para  
94 atualização. CEI Irmãs de Bethania, no dia 27 de abril foi oficiado a entidade que separasse os processos da  
95 educação infantil e SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e até o momento não veio  
96 resposta, foi proposto oficiar novamente. CEI Governador Jose Richa foi reiterado necessidade de atualização de  
97 documentos pendentes já solicitados. Instituto Roberto Miranda, comissão favorável e foi deliberado favorável a  
98 atualização de cadastro, Associação Flávia Cristina também apresentou atualização, a comissão é favorável e foi  
99 aprovado por todos. A comissão indica aprovação da ESPRO – para autenticação de curso, foi aprovado. OSCIP  
100 GERAR, a comissão indica a aprovação da autenticação de cursos, o que foi aprovado. CEFIL, comissão  
101 favorável a atualização e foi aprovado. Instituto ADAMA, comissão favorável a atualização do cadastro.  
102 Alexandra apresentou ainda o cadastro do Instituto do Câncer, são favoráveis a atualização, foi aprovado. ILECE  
103 – a comissão é favorável a atualização e foi aprovado. Alexandra lembrou que a secretaria executiva do CMDCA  
104 deve encaminhar ofício ao Conselho Tutelar com a relação das entidades com inscrição no conselho e sempre  
105 que houver atualização de cadastro e ou nova inscrição, deve ser enviada a resolução em anexo. Alexandra disse  
106 que haviam duas atualização de cursos, um da Guarda Mirim e outro do Irmã Sheila e havia tido parecer  
107 favorável, porém não encontraram o processo. **Informes:** Magali informou que houve uma reunião com conselho  
108 tutelar, MP, Secretaria de Assistência social, disse que nessa reunião foi tratada da forma de registro do Conselho  
109 Tutelar, a rotina de atividades de cada conselheiro. Que havia ficado definido que a utilização de um documento  
110 de registro, porém o conselho procurou a Mesa Diretora com um pedido, via ofício, para a instituição de uma  
111 Comissão para aprofundar essa discussão e tirar uma proposta. Será oficiado ao Ministério Público. Não havendo  
112 mais nada a tratar, eu Adriana Aparecida dos Santos redigi e lavrei a presente ata.  
113